



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



UNICAMP



VI CONGRESSO DE EXTENSÃO DA AUGM

IMPLEMENTAÇÃO, IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA EM MOÇAMBIQUE

André Maputa

Mestre em Administração pela UNESP/Mestre em Patrimônio e Desenvolvimento pela UniLúrio -Moçambique
amaputa2@gmail.com

RESUMO: A história recente de Moçambique, desde o fim da guerra civil em 1992, tem conhecido uma sucessão de crises entre o Governo da Frelimo e a Renamo, de cada vez suscitadas pelos processos eleitorais. A violência armada recomeçou em princípios de 2013, foi temporariamente interrompida com um acordo de paz que permitiu a participação da Renamo nas eleições de 2014 e foi retomada em Abril de 2015, devido uma crise pós-eleitoral. (BRITO, 2019). O multipartidarismo teve o seu início na constituição de 1980 como consequência de três movimentos desenvolvidos no final dos anos 80. O processo de descentralização é relativamente antigo em Moçambique apesar de que se tornou mais consistente a partir do fim dos anos 80. Com efeito, desde a segunda metade do século XIX, a descentralização é uma questão de natureza política que interessa diretamente à Moçambique como província ultramarina de Portugal. (KOSTA, 2014). Dai que, levanta-se a questão: qual é o desafio das autoridades e da sociedade na implementação das reformas da descentralização e a consolidação da democracia em Moçambique? Este artigo tem por objetivo analisar a implementação das reformas e as implicações da descentralização na consolidação da democracia em Moçambique. Apresenta abordagem qualitativa na perspectiva exploratória, a pesquisa foi realizada em novembro de 2022 na Cidade de Nampula em Moçambique. Os resultados constataram que a implementação do processo da descentralização dos órgãos governativos visa dar autonomia aos órgão descentralizados e alocação de recursos, a falta de canalização de fundos pelo governo central às autarquias que estão sob gestão da oposição, como desafios a flexibilidade e transparência na gestão pública, projetos de desenvolvimento das infraestruturas e serviços públicos, maior fiscalização e adaptação de medidas consistentes e viáveis no campo político, institucional, econômico e social em prol do desenvolvimento local e democrático e a sociedade local não é envolvida na implementação de política de descentralização. Conclui-se que as implicações da falta de canalização de fundos em algumas autarquias do país resultará no insucesso das atividades a nível dos Municípios assim também a não envolvimento da sociedade local na implementação da política da descentralização compromete o cumprimento do processo da descentralização para consolidar a democracia. No entanto, a literatura analisada mostram que existe inúmeras publicações relacionadas a democracia mas, abordagem sobre implementação, implicações e desafios da descentralização e consolidação da democracia em Moçambique ainda não é um assunto com inúmeras publicações nacionais ou internacionais.

Palavras-Chave: Democracia em Moçambique; Descentralização; Implementação de política de descentralização; Moçambique.

Financiamento: Para o desenvolvimento desta pesquisa não teve nenhum financiamento.

Referências Bibliográficas

BRITO, L. Multipartidarismo, Geografia do Voto e Descentralização. **Desafios para Moçambique**, p. 45–54, 2019.

KOSTA, K. Poder Local - Institucionalização, organização e problemas. **Jornadas de direito municipal comparado lusófono**, p. 139;156, 2014.

Eixo temático: 3. Desenvolvimento Sustentável, Estado e Sociedade